



O processo de alfabetização de um educando com síndrome de Down na EPJA em Presidente Prudente.

Tatiane dos Santos Costa (UNESP) hipolitas@hotmail.com

Resumo:

Esse trabalho tem por objetivo analisar e compreender como o sujeito com síndrome de Down se apropria da linguagem escrita nos estágios – PIBID em Presidente Prudente/SP, analisando os aspectos do processo de ensino/aprendizagem em sala de aula.

Essa pesquisa se configura como estudo de caso. A metodologia se deu de forma naturalista, longitudinal e empírica, sendo feita as devidas intervenções ao longo das observações de ensino aprendido de uma educanda Down dentro de uma sala de aula de EPJA em Presidente Prudente/SP.

Partindo das observações já realizadas pode-se concluir, parcialmente, que os professores sentem-se inaptos a desenvolver um trabalho de alfabetização com uma pessoa Down, assim como, o educando Down não consegue avançar no processo de aprendizado através das atividades que recebem em sala de aula.

Palavras chave: Alfabetização, Síndrome de Down, EPJA.

The process of literacy of a student with Down Syndrome in the AYE Presidente Prudente

Abstract

This study aims to analyze and understand how individuals with Down syndrome taking up the written language in stages - PIBID in Presidente Prudente / SP, examining aspects of the teaching / learning in the classroom.

This research was set up as a case study. The methodology took place in a naturalistic, longitudinal, empirical, and made the necessary interventions over the remarks of aneducational learning educanda Down within a classroom of AYE in Presidente Prudente/ SP.

Starting from the observations already made can be concluded, in part, that teachers feel unable to develop a literacy work with a person down, as well as the student can not advance down the learning process through the activities they receive in the classroom.

Key-words: Literacy, Down Syndrome, AYE.

1 Introdução

Em 1959 cientistas franceses mostraram que quando a divisão celular é incorreta, e os cromossomos distribuem-se incorretamente, surge o problema que causa a síndrome de Down. Um simples erro de distribuição cromossômica causa a síndrome de Down. Uma das duas novas células recebe um cromossomo 21 a mais do que as outras células. Enquanto uma pessoa não deficiente tem um total de 46 cromossomos, a pessoa com síndrome de Down tem 47 cromossomos.

Segundo Pueschel (1995), a síndrome de Down ou trissomia 21 já foi conhecida como “mongolismo”. Foi o médico John Langdon Down em 1866 que atendeu um paciente filho de europeus com características nada européias, mas, com traços físicos dos povos oriundos da Mongólia. A aparência física das pessoas com a síndrome de Down, com os habitantes da Mongólia, fez com que as pessoas deficientes fossem denominadas de mongólicas ou mongolóides.

Com o tempo, os japoneses mostraram não ser adequada a denominação de mongólica, pois havia diferença entre as pessoas tidas como normais da raça mongólica e as pessoas deficientes. Com o discurso japonês, a síndrome recebeu o nome do médico que primeiro diagnosticou a síndrome: Down.

Outro fator para acabar com o nome pejorativo: mongóis, dava-se no fato de a terminologia comprometer o potencial de aceitação social das crianças deficientes, demonstrar um conceito ofensivo e insinuante que degrada a criança.

... chamar uma criança com síndrome de Down de mongolóide não é apenas um insulto degradante à criança mas também uma descrição incorreta da pessoa, que, embora portadora de uma deficiência mental, é, antes de mais nada, um ser humano capaz de aprender e de participar bem em sociedade. (PUESCHEL, 1995)

Para Lefèvre (1981), a aparência das pessoas deficientes é geralmente bastante própria, e isto, possibilita mesmo sem o exame que se perceba a deficiência logo após o nascimento.

O aspecto das crianças é em geral bastante típico e quase sempre não se tem dúvidas sobre o diagnóstico desde o momento do nascimento. Há um certo número de características que se encontram em variadas combinações, sendo que os diversos pacientes apresentam um número maior ou menor de sinais

sem que se possa estabelecer qualquer relação entre o número de sinais e o grau de desenvolvimento que a criança alcançará. (LEFÈVRE, 1981)

Lefèvre diz que pessoas Down possuem na boca possuem dentes pequenos, língua sulcada, palato elevado; Os olhos, prega epicantal (no canto dos olhos) e formato oblíquo da fenda palpebral; Nas mãos, forma grossa e curta, dedo mínimo arqueado e dobra na palma; Crânio achatado; Moleza e flexibilidade exageradas; Genitais pouco desenvolvidos; Músculos da parte central do abdome se apresentam separados; Hipotonia muscular que retarda o desenvolvimento motor. Examinando os órgãos da pessoa com síndrome de Down, observa-se que várias delas apresentam má formação cardíaca ou do aparelho digestivo.

A expectativa de vida do síndrome de Down é baixa, muito poucos conseguem chegar aos 50 anos de vida.

A expectativa de vida dos mongólicos tem sido objetivo de muitos estudos baseados em critérios mais ou menos objetivos. Aproximadamente 25% dos mongólicos morrem nos primeiros seis meses de vida; 31% no primeiro ano, 50% atinge os 30 anos, e 4% atinge a idade adulta. (LEFÈVRE, 1981, 181.)

Aqui no Brasil, quando o “Down” alcança a fase adulta, ele pode trabalhar na oficina abrigada, que é um centro de habilitação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) onde as pessoas deficientes trabalham em um local protegido, supervisionado e que garante remuneração. Para o deficiente o trabalho é importante como meio de se sentir útil à sociedade, para a família é importante que ele trabalhe para conseguir certa independência. Nesse trabalho a pessoa deficiente tem horários fixos de entrada e saída, obedecem regras do ambiente e tem o horário normal de um trabalhador, o que possibilita a integração nos hábitos sociais. Mesmo que a pessoa deficiente saia da escola não alfabetizada é importante que ela desempenhe um trabalho para que se sinta incorporada na sociedade.

Segundo Pueschel (1995), dentro do trabalho, na escola ou mesmo em família, a pessoa com síndrome de Down precisa ser sempre incentivada quando realiza bem uma atividade e ser estimulada logo em seguida a cumprir uma atividade mais complicada; precisa de descanso quando aprende algo novo e quando cumpre uma nova atividade; no começo do processo de aprendizagem é mais importante exigir habilidade do que rapidez; treinar lentamente e por bastante tempo.

O adulto com ou sem deficiência precisa compreender as necessidades de amadurecimento em sociedade e em trabalho, devem entender e adaptar-se aos novos desafios que surgem com a entrada na vida adulta.

A adolescência e a vida de jovem adulto acarretam preocupações e desafios especiais, mas nosso objetivo deve ser o de auxiliar as pessoas com síndrome de Down a adquirirem controle sobre suas vidas, ganhando competência ao enfrentar a moradia e o trabalho na comunidade e participar em estilos de vida satisfatórios baseados nas mesmas aspirações de outros cidadãos sem deficiência.(PUESCHEL, 1995)

Lefèvre (1981), pessoas com a síndrome de Down fazem parte de um grupo com encefalopatias não progressivas, isto é, são doenças localizadas no cérebro, o que provoca um desenvolvimento do sistema nervoso central mais lento do que o observado em crianças normais. Essa doença dificulta o processo de aprendizado.

A educação de jovens e adultos possibilita uma segunda chance para o aluno Down que, não conseguiu aprender a ler e escrever na infância durante a escola. Se a pessoa com encefalopatia precisa de mais tempo para aprender a ler e escrever, é necessário que ela continue indo à escola durante um tempo maior. É na EPJA que o educando que precisa de mais tempo para assimilar o que é estudado, e já está em idade avançada para a tal série, deve ser matriculado.

Acreditamos que os estudantes com síndrome de Down não conseguem decodificar a língua escrita, e a deficiência mental os torna incapazes de produzirem os seus próprios escritos. Para suprir essa deficiência, a pessoa Down, deveria desde cedo ser participante de aulas em uma escola de educação inclusiva.

2 Justificativa

PEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos alocado na Pró-Reitoria de Extensão da UNESP é destinado à jovens e adultos que não conseguiram cursar ou concluir o ensino fundamental e médio ou que não tiveram a chance de aprender a ler e escrever.

O PEJA- PROEX está embasado na teoria de Paulo Freire (formado em direito, em filosofia da linguagem e em educação), e teve início, em Presidente Prudente em 2000 atendendo algumas comunidades da periferia da cidade tendo como educadoras as estagiárias dos cursos de graduação em licenciatura da FCT/UNESP.

Ingressei no ano de 2008 como voluntária cirandeira (a ciranda é uma atividade realizada – dentro das escolas onde os pais tem aulas- com filhas e filhos dos estudantes da EPJA. Crianças estas, que no período de aula dos pais não tem com quem ficar, então são deixadas com uma professora cirandeira) em uma das escolas onde aconteciam as aulas de EJA.

Em 2010, quando comecei a estagiar em uma escola de EJA de Presidente Prudente, observando o desenvolvimento das aulas, a presença de uma Down em sala, e a dificuldade dessa educanda no processo de alfabetização, surgiu o meu interesse em estudar o processo de alfabetização de pessoas com síndrome de Down.

A partir da minha experiência com um adulto analfabeto Down no curso de EJA, tive várias indagações e percebi a necessidade de entender como é ensinada uma pessoa deficiente que participa da EPJA e não consegue decifrar os códigos da língua escrita, e, o que é possível fazer para que este educando seja alfabetizado.

Com base nas observações e interação com a aluna Down durante o estágio como bolsista PIBID/CNPq- (Programa Institucional de Bolsa Para Iniciação a Docência), em sala de aula de EPJA de Presidente Prudente/SP, percebemos que no trabalho desenvolvido de alfabetização com uma educanda portadora de síndrome de Down, matriculada na 3ª série do Ensino Fundamental em EJA, tendo 23 anos de idade, nota-se que há um desinteresse, falta de atenção e sonolência da estudante frente aos conteúdos ensinados e ao método de ensino.

A educanda, de acordo com as fases de escrita segundo Emília Ferreiro, encontra-se ora na fase pré-silábica e ora na fase silábica.

As atividades utilizadas no processo de aprendizagem são diferenciadas porém repetitivas. Constam em ditados recortados, atividades com alfabeto móvel, cruzadinhas desenhadas, e diversas atividades onde a educanda observa uma gravura (muitas vezes imperceptíveis) e depois tem que descobrir no meio de palavras embaralhadas, a palavra que representa a figura vista.

De tanto se repetir atividades em que a gravura da laranja aparece, a educanda reconhece facilmente a sílaba “lá”, algumas vezes consegue ler uma palavra identificando os sons das letras, mas não consegue entender o que leu. Segundo a Montessori a repetição é uma boa maneira para que o educando consiga aprender um conteúdo:

A educação dos sentidos afina a percepção das diferenças dos estímulos, por meio dos exercícios repetidos. (MONTESSORI, 1992)

Porém, a repetição não parece algo que desperte o aprendiz. Observando a educanda nas aulas, vemos que a professora escreve um cabeçalho no quadro-negro todos os dias no início da aula. A professora explica que é o nome da escola, a data e o dia exato. A educanda copia todos os dias, mas, não sabe identificar o que escreveu e não sabe ler.

Através dessas observações poderemos estudar e compreender as atividades propícias ou alterações em atividades rotineiras que devem ser apresentadas ao educando Down para que ele se aproprie da linguagem escrita melhorando, assim, sua qualidade de vida, tornando-se autônomo nas atividades de seu dia a dia.

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo geral

Analisar e compreender como esse sujeito com síndrome de Down se apropria da linguagem escrita nos estágios – PIBID em Presidente Prudente/SP, analisando os aspectos do processo de ensino/aprendizagem da sala de aula.

2.1.2 Objetivos específicos

- Compreender as dificuldades de aprendizado da leitura e da escrita desse tipo de sujeito da EPJA;
- Conhecer os meios – atividades pedagógicas – mais adequados ao educando para tornar o seu aprendizado mais agradável durante o processo de alfabetização;
- Criar atividades de acordo com a necessidade do educando para que avance no processo de apropriação da escrita e leitura.

3 Aspectos legais: Escolas Inclusivas X Escolas Especializadas

De acordo com a Constituição Federal (art. 206, I CF), não é qualquer tipo de acesso a educação, que garante o princípio de igualdade de acesso e de permanência na escola. A constituição refere-se ao direito à educação como satisfatório se o ensino visar o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania (art.205, CF), e se, as escolas não forem separadas por grupos de pessoas (Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino – 15-12-1960). Através dessa lei, o estudante tem direito

aos mesmos tratamentos, a frequentar os mesmos locais de ensino, a participar de uma sociedade inclusiva e sem preconceitos. Portanto, a pessoa com síndrome de Down ou qualquer outra deficiência, seja ela física ou mental, precisa frequentar a escola.

A escola é muito importante na vida das pessoas, lá o educando começa seu processo de socialização, aprende a se relacionar com diferentes pessoas e percebe que ninguém é igual. É na escola a melhor maneira de fazer a lei (que defende uma sociedade inclusiva e sem preconceitos), acontecer. Assim sendo, como saber qual a escola mais adequada para a pessoa com deficiência mental? Escolas Inclusivas ou escolas Especializadas?

Mas, alguns problemas são encontrados nas escolas inclusivas ainda hoje. Algumas escolas ainda não se adaptaram as novas leis para garantir acesso e permanência do aluno na escola, falta, muitas vezes, condições de locomoção, as escolas não possuem rampas e nem elevadores, banheiros sem pia na altura dos cadeirantes, nem telefones para surdos e mudos, ou ainda, faltam professores que falem Libras, etc.

Para atender a Lei de as escolas não serem separadas por grupos de pessoas, o Ministério da educação acredita que, a escola inclusiva traz benefícios para os educandos que nela estudam, é uma escola dinâmica onde interagem umas pessoas com as outras, onde alunos com e sem deficiência aprendem a reconhecer, conviver e valorizar as diferenças dos colegas. A interação entre os alunos desenvolve também, o cognitivo, o motor e o afetivo. A base de uma escola inclusiva está em ter uma sala caracterizada pelas diferenças, com pessoas de várias características, gordos e magros, diversidades étnicas, diversidades religiosas, diversas deficiências, etc.

Ao analisar a LDBEN, percebemos que por lei o aluno deve estar matriculado e participar das aulas em salas comuns, e procurar um AEE (atendimento em escola especializada) caso o aluno não consiga se integrar em escolas comuns.

o Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (art. 59, 2º).

Porém, mesmo observando a LDBEN, o Ministério da Educação, acredita que a pessoa com deficiência não pode ser apenas colocada em uma escola inclusiva, é necessário que a escola esteja apta para atender suas necessidades. É direito da pessoa deficiente frequentar a classe comum e ter atendimento pedagógico (Atendimento Educacional Especializado) em outro

horário. O AEE existe para que os alunos aprendam algo diferente dos conteúdos curriculares vistos na escola comum, e que precisam ser aprendidos para que o educando ultrapasse as barreiras impostas pela deficiência.

Há ainda a dúvida de se, a escola dita normal conseguirá ensinar uma pessoa deficiente. Se os métodos tradicionais de ensino e avaliação conseguirão ser alcançado no aluno deficiente e se este aluno conseguirá entender o conteúdo ensinado. O Ministério da educação afirma que a escola deve romper com os métodos antigos e se adaptar as diferenças dos alunos, criando para cada estudante uma aula que o faça entender o que é ensinado. O ME diz que

É importante que a escola respeite cada criança, com seu jeito próprio de aprender, respeitando, dessa forma, seus interesses. Uma escola com um único método e objetivos únicos para todos os alunos está mais do que ultrapassada.

O ME- (Ministério da Educação) diz ainda que os professores não devem esperar o mesmo desempenho entre os estudantes, pois, cada pessoa tem um processo de aprendizagem e um tempo diferente.

Grande parte dos professores continua na ilusão de que seus alunos apresentarão um desempenho escolar semelhante, em um mesmo tempo estipulado pela escola, para aprender um dado conteúdo escolar. Esquecem-se de suas diferenças e especificidades.

3.1 Práticas de ensino

Ensinar uma pessoa com deficiência mental os conteúdos básicos do currículo escolar, é de fundamental importância, não se pode negar a ninguém o direito ao mundo letrado. A pessoa deficiente (assim como uma não deficiente) tem limitações particulares que são muito perceptíveis e comuns entre si.

Algumas características marcantes são vistas na falta de interesse que o educando revela frente ao material de ensino ou ainda a falta de concentração e distração no momento do aprendizado frente ao recurso utilizado. Segundo Montessori,(1992) a pessoa deficiente

é facilmente distraída precisamente por esses recursos acidentais; ela se fixa neles, divergindo sua atenção daquilo que deveria ser o ponto essencial; se há obscuridade, facilmente adormece (...).(MONTESSORI 1992, 98)

A Montessori (1992) fala que a primeira diferença fundamental que ela observa em uma pessoa “mentalmente inferior” e uma “normal” diante do mesmo material de ensino é que a pessoa deficiente

não revela um interesse espontâneo face ao material: torna-se então necessário chamar continuamente sua atenção, suscitar-lhe o espírito de observação e exortá-la à ação(MONTESSORI, 1992).

Muito provavelmente um educando que está sendo ensinado com métodos antiquados e que nada tem em comum com o mundo próprio real, sente-se desinteressado pela aprendizagem. O Ministério da Educação entende que quando as atividades pedagógicas tem sentido para o aluno, o desinteresse diminui, no momento em que essas atividades são bem realizadas

o desejo inconsciente está presente e essas construções pedagógicas significativas diminuem a oscilação presente quando as produções são realizadas sem sentido para o e escola.

O Ministério da Educação destaca duas concepções sobre a leitura praticada pelo professor, a concepção tradicional e a concepção interacionista. A concepção tradicional é caracterizada por percepção e memória através da repetição, nessa abordagem:

a decodificação precede a compreensão leitora, sendo a soletração de palavras isoladas um caminho utilizado para que o aluno se torne leitor. As atividades de leitura caracterizam-se pela repetição, sendo organizadas normalmente de forma linear: primeiro as letras, em seguida as sílabas e assim por diante (Cellis, 1998. In: ME).

A concepção interacionista visualiza a leitura como uma atividade que requer várias informações. Essa concepção viabiliza ao aluno textos que mediam o conhecimento do leitor e o conhecimento do texto. Para o Ministério da Educação a concepção interacionista permite ao aluno a decodificação do texto lido, análise de erros ortográficos, reconhece significados e antecipa interpretações.

3.2 Aulas observadas

A sala de EPJA da escola observada fica em Presidente Prudente, é uma sala que tem estudantes da 3ª à 4ª série, com matriculas iniciais de 17 alunos sendo que 14 frequentam. A sala é composta por alunos com e sem deficiências mentais, entre eles uma estudante não alfabetizada que tem síndrome de Down (em geral passo a maioria do tempo desenvolvendo

as atividades ordenadas pela professora com a aluna não alfabetizada). As atividades são modificadas para cada estudante de acordo com o grau de alfabetização em que cada um deles se encontra.

Para o desenvolvimento das aulas de alfabetização (que conta apenas com a estudante de síndrome de Down) a professora utiliza o material dourado, o alfabeto móvel, cartazes com rótulos, embalagens e acessórios, atividades de ligar figuras à palavra correspondente, bem como várias atividades xerocadas com cruzadinhas, desenhos com palavras a serem completadas com a letra que falta, desenhos de animais, frutas, objetos que devem ser descobertos pela aluna, e, escrito conforme a organização das letras que formam a palavra e encontram-se embaralhadas sobre a mesa.

Das atividades citadas, Furlanetti (2009), acredita ser muito importante a utilização do alfabeto móvel no processo de alfabetização, pois possibilita pegar e movimentar uma palavra com as letras a mão. Segundo Furlanetti, a alfabetização pode ser feita através de brincadeiras com o alfabeto móvel,

usamos também outras formas de brincar com os nomes, como por exemplo descobrir novas palavras com o nosso próprio nome, utilizando os Alfabeto Móvel. (FURLANETTI, 2009, 52)

Vemos durante as aulas que com o auxílio do alfabeto móvel e com as intervenções a estudante sente-se mais a vontade para desenvolver o processo de escrita, ela movimenta as letras, para e olha para todas as letras dispostas a sua frente, movimenta-as, corrige os próprios erros, modifica a posição das letras na palavra, se auto indaga, até chegar na palavra escrita ortograficamente correta.

As atividades com os cartazes de embalagens e rótulos são entregues a educanda, que deve reconhecer a figura e encontrar no meio de palavras embaralhadas a que representa a gravura. Infelizmente após reconhecer a palavra correspondente a gravura e após as mesmas palavras serem copiadas no caderno, a atividade é concluída. Para Furlanetti, existe muito mais para fazer com as embalagens e rótulos, com criatividade. Uma aula interdisciplinar surge no diálogo com a classe. FURLANETTI (2009).afirma que

“Dependendo do interesse da turma, damos continuidade em história, geografia e ciências. Geografia quando buscamos no mapa a origem

da fabricação ou do produto “in natura”(…) na história, através de pesquisa, a origem do alimento, que seja trazida pelos colonizadores quer seja nativa do Brasil. Em ciências, pesquisamos os alimentos e suas funções(…)” p.65

De acordo com FURLANETTI, as cruzadinhas são atividades importantes para o alfabetizando, pois o faz reconhecer que cada letra é um símbolo, e que juntas formam uma palavra com sentido.

O educando com síndrome de Down, precisa de mais tempo para aprender a decifrar a língua escrita, e por consequência alguns desses educandos chegam à fase adulta sem saber ler e escrever. Com a observação em sala de aula, notava-se que, às vezes, a professora e os demais educandos acreditavam que a frequência da estudante se fazia necessária apenas para a socialização da mesma.

De acordo com a V CONFINTEA- Conferencia Internacional de Educação de Adultos- 1997, a alfabetização é a base para desenvolver no educando a capacidade de outras habilidades:

Em toda sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades.

Ao educando que demora de aprender como é o caso do adulto deficiente, é garantido de acordo com as decisões da CONFINTEA de Hamburgo, o ensino de qualidade e ao longo da vida.

A perspectiva de aprendizagem durante toda a vida exige, por sua vez, complementaridade e continuidade.

A educanda Down, já havia repetido a série e nunca conseguia ser alfabetizada, o final do ano chegou e as avaliações finais continuaram demonstrando que a educanda não conseguia ler e nem escrever.

A avaliação constava em uma folha de papel de ofício, figuras natalinas e ao lado de cada figura um traçado onde deveria ser escrito o nome do que estava desenhado no papel. Sozinha diante da avaliação, a estudante não sabia o que deveria fazer, mas como a prova era muito

parecida com as atividades rotineiras da sala de aula, ela escrevia diversas letras no traçado ao lado das imagens. Nenhuma das palavras escritas estavam corretamente grafadas. É bem provável que ainda que alguma imagem da avaliação, fosse igual as trabalhadas em sala de aula a educanda não saberia escrever, exceto as palavras: bola, e laranja (durante a realização das atividades ela conseguia escrever a palavra bola sem auxílio do alfabeto móvel, e laranja como auxílio do alfabeto era facilmente escrita, bem como conseguia reconhecer bem a sílaba “la”).

Um assunto que chama atenção durante as observações, em um dos dias finais de aula no ano, foi o fato de ser comentado em sala que o aluno que tivesse repetido o mesmo ano durante várias vezes, ou teria que ser aprovado ou não poderia mais estudar. Essa informação se aplicava à educanda com síndrome de Down, que não poderia ser aprovada, pois, não sabia nem ler e nem escrever e já se encontrava na terceira série. De acordo com a Declaração de Hamburgo, a oportunidade de alfabetização é um direito assegurado:

Portanto, nós nos comprometemos a assegurar oportunidades para que todos possam ser alfabetizados;

Para que todos sejam alfabetizados, é importante conhecer quais meios que facilitam o processo de aprendizado dos estudantes que levam anos repetindo séries sem se apropriar da língua escrita.

4 Considerações Parciais

Uma escola especializada, para o ME, é importante para desenvolver habilidades na pessoa deficiente, mas não é substituta da escola inclusiva. Ela é auxiliar da escola convencional. Deve funcionar em horário diferenciado das escolas convencionais como um apoio. Um aluno que apenas frequenta a escola especializada, não se socializa e fica preso a salas de aula sem diversidade, logo é uma escola que não se adapta a CF, a LDBEN e o ECA.

Com as aulas observadas, fica claro que há dentro de uma escola inclusiva a exclusão da aluna Down, afinal, as atividades são todas diferenciadas, e como se não bastasse, o assunto da aula também é totalmente diferente do assunto que é visto pelos demais alunos.

É observado que os professores não conseguem trabalhar com a educanda deficiente. Os professores observados comentam que não sabem “qual” atividade desenvolver com ela, além disso, “precisa de mais atenção que os demais alunos” atrasando assim o conteúdo a ser passado para os outros educandos.

O Down, bem como qualquer outro educando, avança nos estudos, mas, é preciso que os professores saibam como trabalhar com eles, começando por trabalhar inclusivamente em uma escola que é inclusiva.

Referências

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga, 1969 – **Aspectos legais e orientação pedagógica**/ Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Luísa de Marillac P. Pantga, Maria Tereza Eglir Martoan. São Paulo: MEC/SEE SP, 2007.

FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. **Compartilhando experiências**: dialogando com a prática da alfabetização. 1 ed. Baurú, SP: Canal 6, 2009.

GOMES, Adriana L. Limaverde... [et all.]. **Deficiência mental**/ – São Paulo: MEC/ SEESP, 2007.

LEFÈVRE, Beatriz Helena. **Mongolismo**: orientação para famílias/ Beatriz Helena Lefèvre. São Paulo: ALMED, 1981.

MONTESSORI, Maria. **A Criança**. Tradução de Luiz Horácio da Matta. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1992.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**/ Ana Rita de Paula, Carmen Martini Costa – reimpressão – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especide, 2007.

PUESCHEL, Siegfried M. (org). **Síndrome de Down**: Guia para pais e educadores. – trad. Lúcia Helena Reily - - 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995 – Série Educação Especial.

Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>> (acesso em 23/02/2011)